

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TEMA DO TRABALHO ESCRAVO NA EDUCAÇÃO

A METODOLOGIA DO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!

Rodrigo Teruel¹

Vitor Camargo de Melo²

Resumo: Este artigo analisa a metodologia de formação de servidores da educação sobre o tema do trabalho escravo do programa Escravo, Nem Pensar! (ENP!), da Repórter Brasil. O objetivo é verificar o impacto dessa abordagem, que enseja o engajamento das escolas, provocando as secretarias a incluir a temática de modo institucional na rede de ensino por meio de sua inclusão nos documentos curriculares. Para isso, é realizado um estudo das redes estaduais do Maranhão e de Tocantins, que receberam a formação do ENP! entre 2015 e 2021. A metodologia utilizada consiste na análise dos resultados dos projetos de formação por meio de publicações do programa sobre o tema e da realização de entrevistas semiestruturadas com atores relevantes. Conclui-se que a metodologia do ENP! contribui diretamente para a institucionalização do assunto.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Educação. Política pública. Prevenção. Institucionalização.

¹ Internacionalista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista em Gestão Pública pelo Insper. É assessor de projetos do programa Escravo, nem pensar! da ONG Repórter Brasil.

E-mail: rodrigo@reporterbrasil.org.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5963888892475756>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3394-7557>

² Antropólogo e mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB e doutorando em Ciência Política pela Unicamp. É analista de projetos do programa Escravo, nem pensar! da ONG Repórter Brasil.

E-mail: vitor@reporterbrasil.org.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3965433488472578>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5336-4591>

INSTITUTIONALIZATION OF THE SUBJECT OF SLAVE LABOUR IN EDUCATION THE METHODOLOGY OF “SLAVERY, NO WAY!” PROGRAM

Abstract: In this article, we analyze the methodology of training education officials on the topic of slave labor from the program “Slavery, no way!” (ENP!), by Repórter Brasil. The objective is to verify the impact of this approach, encouraging the engagement of schools, inducing the education secretaries to institutionally include the topic in the educational curriculum. The study is conducted in the state education networks of Maranhão and Tocantins, which received ENP! training between 2015 and 2021. The methodology of the article consists of analyzing the results of the training projects through the program publications on the topic and conducting semi-structured interviews with relevant stakeholders. The conclusion is that ENP! methodology contributes to the institutionalization of the subject.

Keywords: Slave labor. Education. Public policy. Prevention. Institutionalization.

Introdução

A política pública de erradicação do trabalho escravo do Brasil é norteadada pelo II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (II PNETE), publicado em 2008 pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). O plano estabelece uma série de iniciativas interinstitucionais executadas em três linhas de ação principais: prevenção ao crime, repressão do problema e assistência às vítimas (BRASIL, 2008).

Historicamente, o Estado brasileiro tem centrado esforços na repressão ao crime, principalmente por meio do resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão e da responsabilização dos empregadores flagrados cometendo tal ato (FIGUEIRA, 2010, p. 88; SAKAMOTO, 2020). Já as ações preventivas e de as-

sistência às vítimas foram, até o momento, empreendidas por meio do papel preponderante da sociedade civil (SUZUKI, 2015). No âmbito da assistência, destaca-se o papel da Comissão Pastoral da Terra, entidade referência desde a década de 1970 no atendimento a trabalhadores escravizados e suas famílias e no encaminhamento de denúncias da prática às autoridades. No eixo preventivo, tem notoriedade a ONG Repórter Brasil, que desenvolve ações de prevenção por meio do seu programa educacional Escravo, Nem Pensar! (ENP!), atuante desde 2004.

O ENP! é o único programa de alcance nacional dedicado à prevenção do trabalho escravo³. Em 2024, fora implementado em 671 municípios de 14 estados brasileiros das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. A adoção do programa consta nominalmente como meta do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo⁴ e dos planos estaduais para erradicação do trabalho escravo de Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. A principal ação do Escravo, Nem Pensar! é a realização de formações sobre o tema para servidores públicos, principalmente das áreas de educação e de assistência social, além da saúde e de segurança

³ Sua missão é “diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas às de escravidão nas zonas rurais e urbanas do território brasileiro por meio da educação”. Para isso, o programa tem como objetivos estratégicos (i.) difundir o conhecimento a respeito do tráfico de pessoas e do trabalho escravo contemporâneo como forma de combater essas violações dos direitos humanos e (ii.) promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

⁴ “41 – Promover o desenvolvimento do programa ‘Escravo, Nem Pensar!’ de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo”. (BRASIL, 2008)

pública. Para isso, são estabelecidas parcerias com secretarias de governo e ações em territórios prioritários, ou seja, com baixos indicadores socioeconômicos e alta incidência de trabalho escravo. Tais processos são desenvolvidos a partir de metodologias educacionais e materiais didáticos elaborados pela própria equipe do programa, que são revisados e atualizados constantemente para adequação aos contextos em que são utilizados. As ações do Escravo, Nem Pensar! na área da educação incidem também na meta 42 do II PNETE, que prevê a inclusão da temática do trabalho escravo contemporâneo nos parâmetros curriculares de ensino municipais, estaduais e nacionais (BRASIL, 2008), objeto deste artigo.

Em muitos casos, a discussão sobre o trabalho escravo era incipiente, excessivamente localizada ou inexistente nas redes públicas de educação anteriormente à atuação do programa. Assim, como decorrência dos projetos de formação, o assunto passa a fazer parte da agenda pública e, com isso, o poder público é incentivado a institucionalizá-lo na rede de ensino. O objetivo é garantir que o trabalho escravo permaneça uma pauta de discussão para as futuras gerações de estudantes, incluindo aquelas que não foram contempladas diretamente pelo projeto. Com isso, busca-se a ampliação e o fortalecimento da rede de prevenção ao problema.

Entende-se por “institucionalização” o processo pelo qual práticas e normas são formalizadas e integradas a uma organização ou sistema social, tornando-se parte de suas estruturas fundamentais e influenciando o comportamento dos atores envolvidos. Esses processos de institucionalização “ampliam as capacidades do Estado, principalmente no que se refere à percepção e à compreensão de um determinado problema social, para que, então, passe a ser tratado via

política pública” (GURZA LAVALLE, SZWAKO, 2015; GURZA LAVALLE *et al.*, 2018 *apud* SUZUKI, 2023, p. 26).

A institucionalização de tal temática na educação pode ocorrer tanto a nível local, no universo de cada unidade escolar, como de maneira mais ampla, na estrutura educacional de determinado ente federativo. No primeiro caso, é comum que as escolas incorporem o tema em seus projetos político-pedagógicos (PPP). Trata-se de um documento que estabelece as diretrizes prioritárias da unidade em termos de ensino e aprendizagem, estruturando e orientando as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos educadores. Se tratada de maneira mais ampla, há, na rede de ensino, entre seus mecanismos, a inclusão do tema como conteúdo curricular obrigatório de uma ou mais disciplinas, em etapas de ensino específicas e para todas as unidades escolares de uma esfera federativa (municipal, estadual ou federal). Entre 2015 e 2021, a Repórter Brasil incitou diretamente a institucionalização do tema do trabalho escravo nas estruturas curriculares das redes de ensino dos estados de Tocantins e Maranhão, como decorrência dos projetos de formação continuada desenvolvidos em parceria com as respectivas secretarias de educação. Este artigo analisa como se deu esse processo.

Os dois estados foram selecionados com base nas distintas especificidades de atualização curricular em cada caso, que ensejaram diferentes aprendizados sobre o tema. No Maranhão, o processo teve início com as demandas de continuidade de abordagem do tema, após a formação de educadores participantes do projeto ENP!, à secretaria de educação. Já no caso de Tocantins, a institucionalização ocorreu por iniciativa de representantes da secretaria de educação em resposta à alta adesão, por parte das unidades escolares, à

abordagem do tema como proposto pelo ENP! durante o desenvolvimento do projeto no estado.

A próxima seção (2) descreve a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida (3), apresenta-se um panorama de características e princípios da metodologia de formação do programa Escravo, Nem Pensar! bem como sua relação com a institucionalização do tema do trabalho escravo na educação. A seção 4 descreve e analisa as atividades e os resultados de projetos implementados nas redes estaduais de ensino dos dois estados citados e os seus desdobramentos nas estruturas curriculares. A quinta e última seção é dedicada às considerações finais.

1 Metodologia

Além de descrever os eventos que contribuíram com e viabilizaram a institucionalização do trabalho escravo contemporâneo como conteúdo obrigatório nos currículos escolares de Tocantins e Maranhão, este artigo tem como objetivo analisar o processo à luz das metas estabelecidas pelo II PNETE e pelo próprio programa Escravo, Nem Pensar!, articulando as publicações feitas pelo ENP! – em que estão compiladas, citadas e narradas as atividades e etapas cumpridas pelos projetos de formação nos dois estados. Ainda, no esforço de contemplar a narrativa histórica dos eventos, mas também de analisá-la, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos em todos os âmbitos da produção e da atualização dos documentos curriculares em ambos os estados, como servidores das respectivas secretarias de educação, técnicos de Diretorias e Unidades Regionais de Ensino, professores que abordam o projeto em suas práticas

cotidianas e parceiros externos à comunidade escolar que atuam diretamente com temas de direitos humanos e, mais especificamente, do trabalho escravo. Tais atores foram consultados por frequentemente serem acionados pelas escolas para apoiar ações e atividades pedagógicas sobre o tema.

Com exceção de uma entrevista, feita de maneira presencial, as entrevistas foram conduzidas utilizando aplicativos de videochamada ao longo dos meses de setembro e novembro de 2023. Com duração média de trinta a quarenta minutos, percorreram de forma semiestruturada um roteiro que se adaptava à posição da pessoa entrevistada na disposição de atores impactados pelo processo de institucionalização do tema do trabalho escravo no currículo escolar de cada estado analisado. Para o caso do Maranhão, foram entrevistados: i. Claudinei Rodrigues, superintendente de Modalidades e Diversidades Educacionais da Seduc-MA à época da implementação do projeto e ii. Eronilde Cunha, técnica pedagógica da Unidade Regional de Educação de Imperatriz da Seduc-MA e professora da rede pública de ensino do estado. No estado de Tocantins, foram entrevistados: i. Élide Sabino, assessora do currículo de história da gerência de ensino fundamental da Secretaria Estadual de Educação à época da implementação do projeto e ii. Bruno Mendes, professor de história pela rede estadual de ensino do Tocantins à época da implementação do projeto até o momento presente e; iii. Evandro Rodrigues, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade parceira com histórica atuação no tema do trabalho escravo que frequentemente participa dos processos formativos do ENP! nos estados em que atua.

2 A institucionalização do tema do trabalho escravo na educação

2.1 Aspectos metodológicos do programa Escravo, nem pensar!

A metodologia atual do programa Escravo, Nem Pensar! para a área da educação consiste na formação direta de profissionais das secretarias estaduais cujas atribuições institucionais são a formação de educadores das unidades escolares e o acompanhamento pedagógico das abordagens didáticas desenvolvidas com os estudantes. Esses servidores atuam em unidades descentralizadas da Secretaria no estado, as Regionais de Educação (RE). Tais unidades são responsáveis pelo gerenciamento das escolas pertencentes a uma região geográfica específica, que pode reunir um conjunto de municípios próximos. Implementada desde 2015, essa metodologia já foi empregada em seis estados até 2023: Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Tocantins.

Em cada projeto de formação, os representantes das Regionais de Educação recebem até 56 horas de formação síncrona por parte do Escravo, Nem Pensar!, divididas em módulos presenciais. Os conteúdos e referências abordados nos encontros são utilizados como referência para que gestores e técnicos pedagógicos desenvolvam atividades formativas com os educadores das escolas. Uma vez formados, esses educadores multiplicam as referências para o restante do corpo docente e elaboram atividades e projetos pedagógicos sobre o tema do trabalho escravo em conjunto com estudantes. Paralelamente, o programa estabelece um sistema de monitoramento e avaliação da implementação das atividades, com o objetivo de

identificar avanços e desafios e de contribuir para o aprimoramento das abordagens didáticas. Todas as unidades escolares abrangidas pelas REs são convidadas a participar da formação, incluindo unidades anexas, escolas indígenas, do campo, quilombolas, do sistema prisional etc. Ao final, são consideradas contempladas pelo projeto somente aquelas que efetivamente desenvolveram atividades e projetos pedagógicos sobre o tema.

As formações do Escravo, Nem Pensar! não se confundem com cursos pontuais. Tratam-se de processos formativos de médio prazo que objetivam não somente o repasse de informações sobre as temáticas abordadas para aquisição de conhecimento pessoal mas também a transformação do conhecimento em incidência nos territórios em que o projeto é implementado por meio de atividades práticas. O objetivo é preparar o público para que saibam multiplicar os conceitos e as referências sobre o tema nos territórios, identificar indícios de práticas exploratórias e denunciá-las adequadamente às autoridades cabíveis. Com isso, os projetos constituem e fortalecem redes de prevenção ao trabalho escravo.

A metodologia do programa tem como principais características a modulação e a flexibilidade. Ela é modular, pois é desenhada – a partir de análise aprofundada sobre os dados e informações a respeito da exploração de trabalhadores e das dinâmicas do trabalho escravo e socioeconômica do local de incidência – exclusivamente para cada local em que o projeto será aplicado. Para isso, os conteúdos produzidos pelas áreas de educação, jornalismo e pesquisa da Repórter Brasil são utilizados como referências. Além disso, são feitas pesquisas de campo nos locais de desenvolvimento do projeto. Essas atividades incluem visitas técnicas a unidades escolares,

secretarias de educação, entidades e órgãos do poder público que atuam no combate ao trabalho escravo e atendimento a trabalhadores vulneráveis e suas famílias.

Já sua flexibilidade diz respeito à permissão para que o projeto pudesse ser implementado em diferentes contextos educacionais, com formas de aprendizagem e públicos distintos, como escolas indígenas (SUZUKI, 2019b, p. 54), do sistema prisional (SUZUKI, 2019a, p. 47) e da educação especial (SUZUKI, 2019b, p. 45). Isso garante que o tema do trabalho escravo seja incorporado por indivíduos que possuem necessidades específicas, prevenindo que grupos mais vulneráveis sejam submetidos a esse crime.

O Escravo, Nem Pensar! segue princípios para o desenvolvimento de suas ações que orientam a metodologia pedagógica do programa e norteiam os processos internos da equipe e a relação com os seus participantes e parceiros, são eles: autonomia dos indivíduos, valorização do conhecimento prévio, estímulo à reflexão crítica e promoção de formação cidadã. Em relação à autonomia, o programa estabelece que cada professor pode incorporar a temática do trabalho escravo nos conteúdos curriculares da forma que considerar mais pertinente para a realidade local, considerando as necessidades de aprendizagem de seus estudantes. Cada participante da formação conta com um rol de sugestões didáticas, fornecido pelo ENP! por meio dos cadernos pedagógicos, sobre possibilidades de elaboração de experiências educacionais que resultam de projetos realizados em outros lugares. Com isso, o educador não precisa “partir do zero” e pode se inspirar nas criações de outros colegas que integram a rede do programa nos demais estados e municípios. Já a valorização do conhecimento prévio permite que o público parta da sua realidade

local e de suas aprendizagens prévias para a construção de novas experiências e para o aprofundamento e a complexificação desse conhecimento inicial, ao qual se somam novos referenciais e conteúdos apresentados pela metodologia do programa. Sobre esse aspecto, escrevem Anjos, Silva e Oliveira (2019, p. 88):

Considerando-se que o objetivo fundamental do Programa é a prevenção ao trabalho escravo, nada mais apropriado do que a “contextualização da realidade” social dos alunos, elemento enfatizado no material do ENP!. Reconhece-se a importância da vida, do trabalho, da cultura, enfim, das possibilidades de reconhecimento, pelos alunos, dos mecanismos e das estratégias utilizadas por aqueles que se beneficiam do trabalho escravo. Disso decorre outra consequência, a “valorização da autonomia dos sujeitos”. É possível que qualquer indivíduo diga ou escreva alguma coisa sobre o trabalho escravo, mas somente o sujeito no mundo que constitui sua realidade pode fazer uso desse saber que, por isso, precisa ter significados para si.

Por sua vez, o estímulo à reflexão crítica tem como objetivo que o público beneficiado pelo projeto seja levado a refletir sobre a realidade local e seja estimulado a fazer uma leitura crítica, com base no conhecimento científico, mas também criativo, dos processos e das dinâmicas em que estão circunscritos. A partir disso, é possível que percebam e passem a desconstruir práticas arraigadas e normalizadas que contrariem princípios de direitos humanos, como o trabalho escravo. A respeito disso, escreve Prado (2016, p. 468-469, adaptado):

Esses elementos [norteadores da metodologia do ENP!] estão delineados de modo a considerar – à maneira de Paulo Freire – a relação educador-educando como um encontro de experiências que se superam no processo de construção de novos conhecimentos, encontro do qual os dois sujeitos saem transformados. Educar, para Freire, significa revelar aos próprios sujeitos educandos a sua humanidade e buscar, juntamente a eles, por meio do diálogo e do resgate de sua cultura, o sonho, a utopia, o “inédito viável”.

Por fim, a promoção da formação cidadã contribui para a preparação dos estudantes contemplados, para que sejam cidadãos cientes de seus direitos e deveres e que possam exercê-los em sua plenitude, mas também reivindicá-los quando necessário. A escola é um dos pilares para que o jovem consiga se planejar, ter em vista possibilidades de escolha e, sobretudo, reconhecer as decorrências de suas ações em um processo de construção de sua autonomia. Assim, verifica-se que os princípios e as características da proposta metodológica do Escravo, Nem Pensar! contribuem diretamente para a adesão das unidades escolares ao projeto e, conseqüentemente, à abordagem do tema do trabalho escravo. Em primeiro lugar, porque garantem que todo tipo de escola possa ser contemplada (flexibilidade). Em segundo lugar, porque permitem que a comunidade escolar desenvolva o projeto de acordo com a sua própria realidade (valorização do conhecimento prévio e modulação) e considerando necessidades específicas (autonomia). Por fim, condizem com os pressupostos de uma educação empoderadora e pautada pelos direitos humanos – com promoção da formação cidadã e estímulo à reflexão crítica. Esse respaldo de educadores, estudantes e gestores escolares ao projeto é fundamental para a institucionalização do tema do trabalho escravo, como veremos nos exemplos a seguir.

2.2 Institucionalização do tema do trabalho escravo na educação de Tocantins e Maranhão

Esta seção descreve e analisa o processo de implementação do projeto de prevenção ao trabalho escravo desenvolvido no Maranhão e em Tocantins entre 2015 e 2021 e a posterior inclusão do tema nos documentos curriculares de ambos os estados.

2.2.1 Maranhão

O Maranhão foi o estado pioneiro em adotar, em 2015⁵, a atual metodologia formativa do Escravo, Nem Pensar! de formação de gestores e técnicos da Educação. O processo formativo realizado pela Repórter Brasil em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MA) foi desenvolvido em três etapas (2015-2016, 2018 e 2019-2021), de modo que, ao final do projeto, todas as 19 Regionais de Educação foram contempladas bem como suas respectivas unidades escolares. Somadas as três fases, 491 escolas desenvolveram abordagens didáticas sobre trabalho escravo, o que corresponde a 63% do total de 775 unidades em 163 municípios (75% de 217).

Preveuiu-se que 383 mil pessoas fossem aliciadas para o trabalho escravo por meio do projeto ENP!, entre estudantes, educadores, demais profissionais de escolas e membros da comunidade extraescolar (REPÓRTER BRASIL, 2022a). Na avaliação de Claudinei Rodrigues, entrevistado do programa:

A metodologia do Escravo, Nem Pensar! propiciou aos professores uma perspectiva de trabalho que envolvia toda a comunidade escolar no protagonismo para o desenvolvimento do projeto, não só os professores e gestores escolares mas também os estudantes. Isso contribuiu para “quebrar” a resistência das escolas e impulsionar a aceitação das atividades na rede de educação (Claudinei Rodrigues, 2023).

A institucionalização do tema no currículo escolar maranhense teve início em 2016, após a conclusão da primeira etapa do

⁵ O programa já atuava no Maranhão desde 2005, mas de maneira localizada, nos municípios com maior incidência de trabalho escravo. À época, a metodologia do ENP! era dedicada à formação direta de educadores das unidades escolares (ESCRAVO, NEM PENSAR!, s.d.b).

projeto. O período coincidiu com a revisão das diretrizes curriculares empreendida pela Seduc-MA para adequação à nova estrutura educacional estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal processo contou com espaços de consultas formais e informais às escolas sobre sugestões de temas prioritários para a rede de ensino. Durante essas consultas, educadores das unidades que participaram do projeto ENP! demandaram da secretaria a continuidade da abordagem do trabalho escravo. Esses profissionais consideraram a temática pertinente, uma vez que “condizia com os princípios de uma educação crítica, pautada nos direitos humanos e na compreensão da realidade atual brasileira e, mais especificamente, do Maranhão” (SUZUKI, 2019a, p. 22). Em relação ao alinhamento entre os conteúdos trazidos pelo ENP! e o contexto social do estado, Eronilde Cunha, professora entrevistada da rede estadual e assessora da Regional de Educação de Imperatriz da Seduc-MA, comenta que:

A adesão das escolas ao projeto foi muito boa. A gente sabia de muitos casos de evasão de estudantes que eram aliciados pelos “gatos” para o trabalho, principalmente em cidades menores da Regional. Por isso, o tema foi visto pela própria comunidade escolar como algo muito importante, muito necessário (Eronilde Cunha, 2023).

Diante desse cenário, a Seduc-MA respondeu aos pedidos com a inclusão do tema na estrutura curricular. A partir de 2017, o trabalho escravo passou a compor os documentos curriculares das disciplinas de história e sociologia para o Ensino Médio (MARANHÃO, 2017). Em 2022, houve uma atualização do caderno, com a publicação do “Documento Curricular do Território Maranhense: Ensino Médio, volume II”. A publicação manteve a incorporação da temática do trabalho escravo em ambas as disciplinas (MARANHÃO, 2022). O caso

do Maranhão mostra como a iniciativa dos educadores das escolas foi essencial para garantir a institucionalização do tema do trabalho escravo, contribuindo para um documento que dialogasse adequadamente com a realidade social do estado. Tal processo deriva, por sua vez, da receptividade da comunidade escolar ao projeto, resultado do formato de abordagem proposto pelo ENP!.

2.2.2 Tocantins

O Escravo, Nem Pensar! atua no Tocantins desde 2006 formando educadores da rede pública. Inicialmente, o programa incidiu nos locais do estado com o maior número de registros de trabalho escravo e altos índices de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Não à toa, as primeiras ações da Repórter Brasil se concentraram na região do Bico do Papagaio, em que o trabalho escravo é frequente. O projeto de 2018 foi o primeiro no estado com a nova metodologia, abrangendo as Regionais de Ensino. Nessa primeira etapa, participaram 8 REs, responsáveis por um total de 92 municípios. A segunda parte do projeto seria implementada em 2020, mas encontrou um cenário de impossibilidade devido à pandemia da covid-19. Foi apenas em 2021, portanto, com a adaptação da metodologia para o ambiente virtual, que as demais REs do estado puderam ser contempladas em uma segunda etapa. Mesmo com o cenário de dificuldades, o projeto teve alta adesão por parte das escolas. Somadas as duas etapas, 389 do total de 505 escolas (77%) desenvolveram ações dedicadas ao tema, contemplando 118 dos 139 municípios (85%) do estado.

Preveniui-se que 218 mil pessoas fossem aliciadas para o trabalho escravo, considerando os mesmos grupos mencionados no

caso do Maranhão (REPÓRTER BRASIL, 2022b). O projeto contou com a parceria de entidades e órgãos do poder público que atuam no combate ao trabalho escravo no Tocantins, como o Ministério Público do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), parceria que se mostrou fundamental para potencializar os resultados das atividades, como ilustra o coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”, Xavier Plassat, quando avalia a iniciativa após a conclusão da primeira etapa em 2018:

O projeto conseguiu empolgar o corpo docente tanto na secretaria estadual quanto nas 287 escolas envolvidas e estimular uma excepcional mobilização, sobretudo se considerada a conjuntura. Sem dúvida, a existência de ações prévias do ENP! e da CPT no meio educativo tem contribuído para esse sucesso. Pela forte demanda das escolas à CPT, verificamos o excelente impacto da formação realizada, especialmente da metodologia proposta, que garantiu uma eficiente multiplicação quantitativa e com qualidade [...] (SUZUKI, 2019b, p. 17).

Na mesma época da implementação do projeto, a rede de ensino do Tocantins também estava passando pela reformulação de sua estrutura curricular, com o objetivo de se adequar às normas previstas pela BNCC. Diante do êxito da implementação do projeto Escravo, Nem Pensar! nas unidades escolares, sinalizado pela alta adesão de educadores e gestores escolares, a Seduc-TO introduziu uma proposta de inclusão da temática do trabalho escravo contemporâneo no currículo da disciplina de história do 4.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental.

O Documento Curricular do Tocantins (DCT) é dividido por áreas do conhecimento, estabelecendo competências, habilidades e sugestões de como trabalhar essas duas esferas. O tema do trabalho

escravo foi incorporado como habilidade a ser desenvolvida (TOCANTINS, 2019). Élide Sabino, assessora do currículo de história da Gerência de Ensino Fundamental da Seduc-TO à época, foi uma das servidoras da Seduc que cursou a formação do Escravo, Nem Pensar! em 2018. Ela explica que foi o fato de estar cursando a formação no mesmo momento em que os debates aconteciam no estado para a escritura do DCT que a fez enxergar uma janela de oportunidade que não poderia desperdiçar. Em sua entrevista, Élide relata como foi o processo:

[...] Daí, nós tínhamos que fazer um documento com a cara do estado. No momento em que nós estávamos construindo o documento, colocando um pouco dos nossos diferenciais no território do Tocantins, eu estava fazendo o curso [formação do ENP!]. Eu entendi, então, que a forma de garantir que essa temática fosse trabalhada, pelos altos índices de trabalho escravo no estado, era garantindo isso em um documento (Élide Sabino, 2023).

Assim, as estruturas institucionais da Seduc pautaram o início do processo de institucionalização do tema. A discussão do currículo acontecia em momentos de assembleia nas escolas, que debatiam uma primeira versão do documento, proposta pela secretaria, em que constavam as competências, as habilidades e as sugestões de formas para desenvolvê-las. Após avaliar a adequação do conteúdo e da linguagem propostos a cada série, as escolas devolviam o documento com suas sugestões de alterações e inclusões. Dessa forma, o DCT foi construído a muitas mãos e com a participação ativa de todo o corpo de servidores da educação estadual, o que garante não apenas validade, mas legitimidade ao documento. Bruno Mendes, professor que atuava na escola Instituto Presbiteriano de Vale do Tocantins à época do projeto, reafirma, em entrevista, a identificação da parti-

nência do tema para a rede de ensino tocantinense e destaca a relação direta de seu desenvolvimento com sua própria trajetória enquanto professor, a partir do impacto que passou a perceber sobre os alunos:

Eu não conhecia o projeto, não conhecia a ONG. Não tinha informação mesmo. Eu era bem leigo em relação ao tema. Eu fui conhecê-lo mesmo em 2018 [quando participou da formação]. A partir daí, acabou se tornando um tema importante para mim, porque aqui no Tocantins a gente vive essa questão dos conflitos agrários. E, querendo ou não, é um estado em que a gente tem relatos desse problema, sai na imprensa... Quando eu iniciei o trabalho na escola, alguns alunos se sentiram à vontade para falar de algumas coisas que aconteciam, né? De falar: “Olha, professor, meu pai tá passando por isso e por isso, e é muito similar a isso que a gente tá abordando”. Foram aparecendo algumas realidades [das vidas dos estudantes] que eu até então não conhecia (Bruno Mendes, 2023).

Bruno segue atuando como professor contratado pela Secretaria Estadual de Educação no Tocantins e garante que, mesmo não conseguindo reproduzir as ações pedagógicas com o mesmo alcance que no ano de 2018, quando o projeto estava em implementação, até o presente ele segue trabalhando o tema do trabalho escravo com suas turmas, a partir das indicações feitas no currículo estadual. Ele também destaca a importância dos preceitos do ENP! de autonomia e suas propostas metodológicas para o sucesso do projeto:

O trabalho foi desenvolvido em todas as turmas às quais eu lecionava, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Eu fui explorando as potencialidades de cada turma. [...] Teve teatro, teve maquete, teve paródia, teve pintura em tela, teve música autoral sobre trabalho escravo... Teve uma turma que fez ensaio fotográfico... e quando a gente fala de aluno protagonista, ali eu consegui realmente perceber os alunos tomando a frente do processo. E a escola ofereceu muito apoio. [...] Eu consegui envolver professores de todas as áreas. A gente fez uma culminância que durou um dia inteiro e abriu a escola para a comunidade (Bruno Mendes, 2023).

Sobre a permanência das ações pedagógicas no cotidiano das escolas, a demanda aos parceiros locais da comunidade extraescolar se mostra um bom indicador, como ressalta Evandro Rodrigues, agente da CPT em entrevista: “Eu recebo muitos convites, até hoje, para fazer palestra nas escolas. Não consigo nem atender todas, algumas são de municípios distantes, dão trabalho para chegar” (Evandro Rodrigues, 2023). A fala de Evandro retoma uma dinâmica que se iniciou no momento da implementação do projeto em 2018, quando muitas das culminâncias organizadas pelas unidades de ensino envolviam convites a parceiros para atividades no pátio das escolas, como palestras.

A experiência do Tocantins indica, portanto, que, mesmo quando a faísca inicial que impulsiona o processo de institucionalização parte da estrutura estadual, as características do projeto Escravo, Nem Pensar!, ao favorecerem o engajamento dos atores que estão no chão das escolas, contribuem para a aderência do tema do trabalho escravo, impedindo que sua institucionalização fique restrita apenas à forma do papel no documento curricular. No entanto, essa tarefa exige também mobilizações estruturais dos órgãos de educação. Peça fundamental para a reprodução do tema como conteúdo das ações pedagógicas, por exemplo, é a formação continuada do corpo docente, processo que, nesse caso, restou prejudicado com a chegada da pandemia de covid-19 e que ainda luta para ser retomado completamente. Ainda assim, a assessora Élide destaca: “Com a formação dos professores, fica mais fácil, mas mesmo que isso não aconteça, automaticamente a temática vai ser trabalhada em todas as séries, ano a ano” (Élide Sabino, 2023).

Considerações finais

A análise dos processos de institucionalização do tema do trabalho escravo nas redes educacionais do Maranhão e de Tocantins mostra que a implementação do projeto Escravo, Nem Pensar! foi fundamental para que os resultados abordados neste artigo tenham sido alcançados. Mesmo com iniciativas práticas distintas, a modificação curricular em ambas ocasiões teve origem comum: o alto respaldo das unidades escolares à abordagem do trabalho escravo proposta pela metodologia do programa provocou as secretarias de educação a incorporar o tema em suas novas diretrizes. Como resultado, gestores escolares e professores passaram a contar com um incentivo formal à elaboração de experiências educacionais sobre o tema. Isso impacta não somente os atuais estudantes, mas também aqueles que venham a fazer parte da comunidade escolar no futuro. Com isso, as futuras gerações de trabalhadores podem estar mais preparadas para recusar propostas enganosas de trabalho, evitando situações de exploração laboral. Por outro lado, em que pese os efeitos positivos da institucionalização, o estudo indica que somente a inserção do tema no currículo, isoladamente, não é suficiente para uma abordagem contínua da temática nas escolas. Nesse sentido, é necessário um trabalho perene de formação e acompanhamento pedagógico por parte das secretarias de educação. Esse apoio técnico deve ser reconhecido e conter incentivo para e respaldo às ações educacionais, conferindo, com isso, melhores resultados das ações preventivas em alcance e efetividade.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília: SEDH, 2008.

DOS ANJOS, H.; SILVA, M.; OLIVEIRA, J. A problematização do programa Escravo, Nem Pensar! na perspectiva freiriana. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, ano 2, v. 2, n. 4, Edição Especial, 2019.

PRADO, A. A. Educação contra a escravidão contemporânea em perspectiva decolonial. In: FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A.; GALVÃO, E. (orgs.). **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: MAUAD X, v. 1, p. 461-478, 2016.

FIGUEIRA, R. R. A escravidão contemporânea no Brasil: de 1985 a 2009. In: SYDOW, E.; MENDONÇA, M. L. **Direitos humanos no Brasil 2009: relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <http://www.social.org.br/dh%20no%20brasil%202009.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Escola digna: caderno de orientações pedagógicas – história como componente curricular**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Caderno de orientações curriculares para o ensino médio da rede estadual do Maranhão**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2022.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, Nem Pensar!:** no Maranhão – 2019/2021. São Paulo: Repórter Brasil, 2022a. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-no-maranhao-2019-2021/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, Nem Pensar!:** no Tocantins – 2021. São Paulo: Repórter Brasil, 2022b. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-no-tocantins-2021/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SAKAMOTO, L. (org.). **Escravidão contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2020.

SUZUKI (org.). Equipe Escravo, Nem Pensar!. **Escravo, Nem Pensar!:** no Maranhão – 2018. São Paulo: Repórter Brasil, 2019a. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-no-maranhao-2a-edicao/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SUZUKI (org.). Equipe Escravo, Nem Pensar!. **Escravo, Nem Pensar!:** no Tocantins – 2018. São Paulo: Repórter Brasil, 2019b. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-no-tocantins/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SUZUKI, N. O papel da educação no combate ao trabalho escravo: o caso do programa Escravo, Nem Pensar!, da ONG Repórter Brasil. In: BORGES, P. C. C. **Formas contemporâneas de trabalho escravo.** São Paulo: NETPDH; Cultura Acadêmica Editora, 2015.

SUZUKI, N. **Trabalho escravo contemporâneo:** institucionalizações e representações no desenvolvimento da política pública de erradicação. 2023. 376 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Orientador: Adrian Gurza Lavalle. Área de concentração: Ciência Política.

TOCANTINS. **Documento curricular de ciências humanas e ensino religioso.** Palmas: SEDUC, 2019.